

O ESTUDO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA NOS PROGRAMAS NACIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E HISTÓRIA

Magno Klein
Carlos R. S. Milani

Introdução

Desde o início dos anos 2000, o governo federal brasileiro ampliou seu engajamento, quantitativa e qualitativamente, em práticas prestadas de cooperação técnica para o desenvolvimento (também chamada de Cooperação Sul-Sul, CSS) como ferramenta de política externa e de aproximação junto a outros países do Sul. Não se tratou de uma inauguração da CSS nas relações exteriores do Brasil, haja vista que, já em 1971, foram assinados os primeiros acordos de cooperação técnica com Paraguai, Colômbia, Trinidad e Tobago e Guiana (MILANI, 2017).

A Agência Brasileira de Cooperação, que faz parte da estrutura do Ministério das Relações Exteriores e que tem a responsabilidade de coordenar as ações de CSS do Brasil, define cooperação técnica como

[...] uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ ou estruturais em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças dá-se por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas de instituições ou de indivíduos. Essa capacitação, por sua vez, poderá estar direcionada à apropriação de conhecimentos por segmentos da população e ao aperfeiçoamento da ação finalística de instituições públicas e privadas, bem como a intervenções de desenvolvimento em áreas geográficas pré-determinadas (esses três níveis a serem doravante denominados 'beneficiários') (ABC, 2005, p. 7).

Essas práticas são pautadas no discurso da solidariedade internacional e da cooperação brasileira para os objetivos multilaterais de desenvolvimento (a exemplo dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio/ODM e, na agenda atual da ONU, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ODS). Embora a narrativa oficial da CSS se assente nos ideais da cooperação internacional, isso não impede que Estados, ao realizarem esforços nesse sentido, também defendam seus interesses (comerciais, estratégicos, de segurança ou de prestígio internacional). Tanto que a própria ABC reconhece que implementar projetos e atividades de CSS traria benefícios para o desenvolvimento do Brasil. De acordo com o mesmo texto, tais vantagens seriam:

i) atuação mais eficiente e eficaz da instituição brasileira que atuou como executora do projeto, bem como daquelas a ela associadas na implementação da cooperação internacional, a partir do aperfeiçoamento de seus quadros profissionais e de sua infra-estrutura técnica,

do aprimoramento de seus processos internos e da elaboração e implementação de planos e estratégias de ação com maior qualidade; ii) melhor formulação e execução de programas públicos ou de projetos que envolvam parcerias com o setor privado e não-governamental, contribuindo para a geração de impactos mensuráveis nos indicadores sociais, econômicos, ambientais e na promoção da cidadania, dentre outros avanços; iii) sociedade mais consciente de sua contribuição para a definição e implementação de políticas de desenvolvimento nacional, uma das formas de se exercer a cidadania (ABC, 2005, p. 7-8).

A situação brasileira não difere do contexto de outros países do Sul atuando como prestadores de cooperação internacional. O histórico não é recente e tem raízes nas lutas anticoloniais dos anos 1950 e 1960, nos debates internacionais dos anos 1970 em torno aos apelos por uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), pela criação do Movimento dos Não Alinhados, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Cnuced) e do Grupo dos 77. A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) veio ganhar tração após o fim da Guerra Fria nos anos 1990 e em particular no início do século XXI com a nova fase de emergência de potências do Sul e da contestação das desigualdades, das hierarquias e das assimetrias ainda presentes no sistema internacional.

Nesse cenário de mudanças da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), a fase atual é marcada pela diversificação das práticas e maior atuação de países não pertencentes ao Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (MAWDSLEY, 2012; MILANI, 2018). O Brasil se encontra entre os atores emergentes no campo da CID, em particular em sua modalidade de cooperação técnica. Desde 1987, o país conta com uma agência especializada, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), voltada tanto para a cooperação recebida, quanto para a cooperação prestada (MILANI, 2017). Nas últimas décadas, embora com altos e baixos relacionados com a política doméstica, a diplomacia brasileira vem aumentando sua atuação nessa agenda, atraindo a atenção por parte de múltiplos atores políticos, mas também estimulando a realização de análises acadêmicas, que se refletem na expansão de teses e dissertações que buscam compreender melhor o processo em questão.

Neste breve capítulo, apresentamos uma análise preliminar e sem pretensão de exaustividade das pesquisas acadêmicas realizadas sobre o tema da cooperação técnica prestada pelo Brasil. Concordamos com a reflexão de Iara Costa Leite (2013, p. 23), para quem a Cooperação Sul-Sul é “domínio privilegiado para se compreenderem oportunidades e desafios à inserção internacional do Brasil colocados pela interação crescente entre o Itamaraty e outros atores domésticos”. Nesta pesquisa, seguimos a metodologia proposta por André Luiz Reis da Silva (2021), a partir do banco de dados estabelecido por ele e composto por teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil nas áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e História e que abordam temas da política externa brasileira. A esse banco inicial de teses e dissertações adicionamos outras, em função de nosso conhecimento da própria subárea de pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Teses e Dissertações analisadas

	AUTOR/A	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
	Adriana Mesquita Correa Bueno	A intersecção das agendas de política externa comercial e de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: a (não) estratégia brasileira para o setor algodoeiro dos países do C4 e do Togo	IESP/UERJ

Aline Duarte da Graça Rizzo	Between Development And Security: South-South Cooperation Between Brazil And Libya In Lula And Dilma Governments	PPGRI/PUC-RIO
Clarice Oliveira Nepomuceno	O Brasil E A Saúde Global: Uma Análise Da Atuação Diplomática Brasileira Em Defesa Do Acesso A Medicamentos Antirretrovirais Entre 1980 E 2007'	Fiocruz
Deolindo Nunes de Barros	A cooperação Sul-Sul Índia/Brasil/África do Sul (Ibas) durante os governos Lula (2003-2010): potencialidades e limites	IFCH/Unicamp
Fabiola Faro Eloy Dunda	Brasil, doador ou parceiro de cooperação?: análise da cooperação Sul-Sul de combate ao HIV/AIDS (2002-2016)	PPGCP/UFPE
Fabiola Faro Eloy Dunda	Cooperação Sul-Sul brasileira em saúde como Soft Power do Governo Lula (2003-2010)	PPGRI/UEPB
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	Cooperação Sul-Sul E Política Externa: Um Estudo Sobre A Participação De Atores Sociais	PPGRI/PUC-RIO
Francisco Carlos da Conceição	Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: da solidariedade socialista à trajetória tradicional do Norte e à experiência emergente do Sul (1975-2013)	IESP/UERJ
Guilherme de Oliveira Schmitz	Sociedade civil brasileira e cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: estudo de caso da presença da Viva Rio no Haiti	PPG-IREL/UNB
Iara Costa Leite	O envolvimento da Embrapa e do SENAI na Cooperação Sul-Sul: da indução à busca pela retroalimentação	IESP/UERJ
Jessica Rubia Gonçalves	O Brasil Na Agenda Internacional Para Segurança Alimentar: A Cooperação Sul-Sul Brasileira em Segurança Alimentar e Nutricional	PUC-Minas
João Antônio dos Santos Lima	A cooperação internacional Sul-Sul e a difusão de políticas: uma análise exploratória das políticas coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação	PPGCP/UFPE
Joao Marcelo Filgueiras Jacome de Araujo	Os Novos Atores da Política Externa Brasileira: A Cooperação Técnica da Embrapa na África	UCAM
Juliana Jerônimo Costa	As relações Sul-Sul na política multilateral brasileira (1961-2002)	PPGRI San Tiago Dantas
Juliana Ramos Luiz	"As linhas vermelhas" para o desenvolvimento rural: a internacionalização da agenda da agricultura familiar e seus impactos na governança global	IESP/UERJ
Klei Medeiros	A dimensão social na inserção externa do Governo Lula: desenvolvimento, diplomacia e Cooperação Sul-Sul	PPFCP/UFRGS

Laerte Apolinário Júnior	A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional como instrumento de política externa: a economia política da cooperação técnica brasileira	FFLCH/USP
Leandro Carlos Dias Conde	A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMO AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA: ASSIMETRIA, HUMILHAÇÃO E CONDICIONALIDADE	IESP/UERJ
Lilian Fernandes da Cunha	Em busca de um modelo de cooperação Sul-Sul - o caso da área espacial nas relações entre o Brasil e a República Popular da China (1980- 2003)	PPG-Irel/UNB
Livia Liria Avelhan	A Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira em Saúde: a Participação dos Atores Domésticos	IESP/UERJ
Luara Landulpho Alves Lopes	A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doado	PPGRI San Tiago Dantas
Luciano Romano D'Andrea	Cooperação Sul-Sul: análise dos acordos de preferência comercial do Brasil no Ibas	PPGEI-UFRGS
Mariana Costa Guimarães Klemig	Ausência de Condicionalidades e outros Princípios em Cooperação Sul- Sul Brasileira para o Desenvolvimento Econômico: Motivações, Interesses e Perspectivas	PPG-Irel/UNB
Mohamed Khalil Viana Suhayla	Cooperação internacional para o desenvolvimento e interesses organizados: os atores privados na cooperação técnica entre países em desenvolvimento brasileira	IRI/USP
Rafael Nunes Magalhães	Os Determinantes da Ajuda Externa Magalhaes, Brasileira	FFLCH/USP
Rafael Ribeiro Araujo	O Sul como norte: a inflexão da política externa brasileira no início do século XXI	PPG-IREL/UNB
Rafaela Rodrigues Andrade	A Política Externa Brasileira na Cooperação Sul-Sul em Saúde: a Rationale da Descontinuidade entre 2003 e 2016	PPGRI/UERJ
Renata Albuquerque Ribeiro	Inserção Internacional e Energia: A Política Externa de Lula para Biocombustíveis	IESP/UERJ
Renata Albuquerque Ribeiro	Cooperação Sul-Sul em Biocombustíveis: interesses e contradições da Política Externa Brasileira em Moçambique (2003-2015)	IESP/UERJ
Renata Oliveira Anunciato	Política externa brasileira e a atuação da Embrapa no caso do Cotton-4	PPFCP/UFRGS
Tássia Camila de Oliveira Carvalho	A Coerência de Políticas na Cooperação para o Desenvolvimento: olhares cruzados Brasil-França no campo da Segurança Alimentar e Nutricional	IESP/UERJ

	Timóteo Saba M'Bunde	As Políticas Externas de Cooperação para o Desenvolvimento do Brasil e da China em Guiné-Bissau: uma Análise em Perspectiva Comparada	IESP/UERJ
	Timóteo Saba M'Bunde	Efeitos políticos e institucionais da cooperação de Brasil, China e Portugal em Cabo Verde e Guiné-Bissau	IESP/UERJ
	Tomé Fernando Bambo	Cooperação Sul-Sul: o acordo Brasil- Moçambique na área de biocombustíveis	IRI/USP

Fonte: elaboração própria

É esse subconjunto que nós analisamos aqui a partir da ênfase em quatro questões principais, por nós escolhidas, e que buscam apontar um perfil dos estudos acadêmicos na área da CSS brasileira, considerando em particular sua estrutura teórico-metodológica. Inicialmente, refletimos sobre a diversidade de entendimentos a respeito do que o conceito de Cooperação Sul-Sul abarca nos estudos acadêmicos. Em seguida, analisamos as abordagens teóricas predominantes nessa agenda de pesquisa. Na sequência, analisamos como essas pesquisas são operacionalizadas em termos de metodologias e fontes de pesquisa. Por fim, analisamos o que tais pesquisas refletem sobre os diferentes governos presidenciais e suas agendas internacionais, considerando as restrições impostas pelo contexto internacional. Nas considerações finais, indicamos as áreas potenciais para estudos futuros no tema.

Delimitando a Cooperação Sul-Sul

O campo de estudos sobre a Cooperação Sul-Sul e das realidades empíricas e históricas das relações entre países em desenvolvimento é amplo e interdisciplinar. O termo Cooperação Sul-Sul é relativamente recente no vocabulário de atores e pesquisadores das Relações Internacionais e vem sendo cada vez mais utilizado por governos nacionais, entidades da sociedade civil e organismos multilaterais. O termo CSS remonta à cooperação entre os países do Terceiro Mundo, à CTPD esboçada a partir dos anos 1970, à proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional e às alianças e coalizões entre países da periferia e da semiperiferia do sistema internacional. Como lembra Bruno Ayllón Pino (2014), mesmo a trajetória do que se define como “Sul global” é preciso ser levada em consideração, ao abarcar um espectro amplo e diverso de países em desenvolvimento. A multiplicidade de usos no termo é reparada por Guilherme Schmitz (2013), em sua dissertação:

Apesar de a expressão CSS haver sido concebida para facilitar uma distinção entre as relações mantidas entre os países em desenvolvimento e a cooperação tradicional ‘Norte-Sul’ provida por países doadores, a expansão da CSS ensejou o surgimento de uma multiplicidade de novos atores e, como consequência, tornou mais complexo o uso e significado de seu conceito, sobretudo, por implicar as diversas posições políticas de quem o utiliza. (SCHMITZ, 2013, p. 49).

Em uma vertente mais ampla, a CSS faz referência genericamente às relações entre países em desenvolvimento, podendo abarcar campos tão diversos como intercâmbio comercial, formação de coalizões em negociações multilaterais, estabelecimento de fóruns de concertação ou fluxos de bens, comércio e serviços e de investimentos privados, estabelecimento de alianças e diálogos inter-regionais. Alguns dos trabalhos analisados por nós aprofundaram discussões teóricas sobre como definir a CSS com proposições inovadoras e influentes, como a tese de Iara Costa Leite. Em sua pesquisa,

Leite (2013) faz um estudo minucioso — e ainda muito atual — das diferentes concepções da expressão, suas origens e usos políticos. Como lembra Leite (2013), a expressão Cooperação Sul-Sul possui também um sentido mais limitado, sendo abordada como uma modalidade de cooperação para o desenvolvimento praticada entre países de baixa renda.

Entre as teses e dissertações de nosso banco de dados, identificamos a prevalência da visão da CSS nesse sentido restrito, ou seja, como sinônimo de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, particularmente em associação com abordagens mais próximas da Ciência Política. Para ter bem definido esse sentido restrito, algumas das pesquisas preferiram optar pelo termo Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD). A modalidade da cooperação técnica é um cartão de visitas da cooperação brasileira, voltada para o compartilhamento de práticas de gestão pública e gerenciamento de “mazelas comuns”. Nas palavras de Klein Medeiros (2016), que estudou ações de transferência de políticas públicas lideradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social:

Para o Brasil, a Cooperação Sul-Sul tornou-se mais atrativa e com resultados concretos, na medida em que desenvolve a cooperação técnica, permite aos gestores brasileiros compartilhar experiências e possibilita que o país receptor se aproprie da tecnologia social tema da cooperação, o que garante maior sustentabilidade das ações (MEDEIROS, 2016, p. 54).

Abordagens teóricas

Estudos acadêmicos a respeito da CID são realizados há décadas a partir de uma ampla variedade de abordagens teóricas. Ainda assim, a prática da cooperação por parte de países emergentes continua sendo tema subteorizado no campo das Relações Internacionais. Alguns dos trabalhos aqui analisados ainda partem de uma tradicional leitura diplomática da política externa brasileira, menos preocupada com os conflitos internos (no Brasil e seus parceiros) referentes à agenda internacional. Refletindo sobre o assunto em sua pesquisa, Lilian Cunha (2004) comenta:

A formulação da política externa nasce da convergência dos interesses nacionais e sociais que são transformados pelo Estado em uma resultante em ação diplomática. Essa interação gera múltiplas questões e a primeira diz respeito ao conteúdo nacional de políticas externas específicas. A política externa deve ter e manter uma coerência com os interesses permanentes do País, os parâmetros culturais e éticos que guiam a ação diplomática devendo ser renovados constantemente para poder atender às exigências de cada momento histórico (CUNHA, 2004, p. 8).

Essa interpretação de como são definidos e expressados os interesses na agenda de política externa não é predominante nos estudos da CSS brasileira. Nos estudos analisados por nós, prevalecem abordagens que privilegiam as ferramentas da Análise de Política Externa e o estudo do processo decisório que envolve tais práticas, corrente em ascensão na disciplina de Relações Internacionais no Brasil (CASON; POWER, 2009; MILANI; PINHEIRO, 2013; SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Por exemplo, a tese de Renata Albuquerque Ribeiro (2018) aponta que a política externa para biocombustíveis:

[...] é resultado de um momento específico que conjugou um cenário internacional propenso aos biocombustíveis e atuação assertiva do Brasil, juntamente com o forte envolvimento do agronegócio (setor auto interessado nos projetos) na formulação e elaboração da política externa, ou seja, no processo decisório da PEB (RIBEIRO, 2018, p. 40).

Entre as 34 dissertações e teses analisadas, ao menos 12 (ou 35%) definiram expressamente sua vinculação com a subdisciplina de Análise de Política Externa e de estudos do processo decisório. Isso está associado à prevalência do entendimento restrito da CSS nas pesquisas acadêmicas e à crescente influência da Ciência Política nas abordagens teóricas da Política Externa Brasileira (em detrimento do tradicional olhar histórico-diplomático).

As pesquisas recentes sobre a CSS brasileira têm reforçado a crescente pluralidade de agendas e atores envolvidos, estatais e não estatais, e das dificuldades de sua articulação junto à burocracia estatal nas diferentes etapas da política externa. Os estudos a respeito de atores específicos — em particular de atores da sociedade civil, como as ONGs — reforçam a crítica ao déficit participativo na agenda da Cooperação para o Desenvolvimento. Os apelos por maior participação social na CSS brasileira se somam à constatação da crescente tensão oriunda da disputa entre diferentes grupos de interesse, dentro e fora da burocracia estatal. Tais abordagens evidenciam a existência de dissenso e mesmo de conflito interno sobre os rumos da política externa brasileira, reforçando o argumento presente em outras áreas de estudo da PEB de que a política externa é uma política pública e, por isso, resultado de disputas internas, rotinas burocráticas e mudanças de governo. Em sua análise sobre a cooperação brasileira em saúde, Livia Avelhan (2017) mostra na prática essas dificuldades:

A ABC, seguindo as diretrizes da PEB, dá preferência aos países da América Latina e da África de língua portuguesa, e, dentro dessas regiões, aos países de menor renda e com índices menores de desenvolvimento humano. A AISA [Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde] valoriza projetos que tratem de temas importantes para o MS [Ministério da Saúde], tanto domesticamente quanto no âmbito multilateral e, por sua vez, a Fiocruz prioriza os projetos de cooperação estruturante em saúde (AVELHAN, 2017, p. 149).

O perfil da burocracia e o padrão institucional das relações entre atores burocráticos e atores sociais também interferem nas ações. Juliana Luiz (2018), ao focar no processo de difusão internacional da agenda brasileira da agricultura familiar enquanto estratégia de política externa, lembra que a internacionalização dessa agenda não foi promovida exclusivamente pela chancelaria brasileira, mas foi encampado por diferentes frentes e atores do campo.

Além disso, pudemos perceber que as pesquisas a respeito da CSS brasileira reforçam o argumento de que a oferta de cooperação pode ser também entendida como uma estratégia de *soft power*. Desse modo, não são apenas os países centrais que influenciam as nações em desenvolvimento em suas práticas políticas. A cooperação técnica é apenas uma parte — e financeiramente restrita — da agenda brasileira de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que envolve também ações na área de cooperação educacional, operações de paz e outras modalidades (IPEA, 2013). Apesar de seu caráter limitado, a CSS possui um peso importante na construção da identidade internacional do Brasil, fortalece a credibilidade e garante reconhecimento para o país como promotor normativo e defensor de um sistema internacional mais justo, solidário e menos aristocrático.

Ações de transferência de políticas públicas (às vezes, definidas como difusão, circulação ou mobilidade de políticas) materializam valores importantes para a tradição diplomática brasileira e podem criar relações de poder, identidades, visões de mundo e práticas entre o Brasil e outras nações em desenvolvimento. Apenas recentemente, transferências de políticas públicas lideradas por países do Sul passaram a receber atenção por parte dos pesquisadores de Ciências Políticas, Análise de Políticas Públicas e Relações Internacionais.⁸⁴

⁸⁴ Ver o Special Issue na revista *Contexto Internacional*, organizado por Osmany Porto e Carlos Milani sobre essa interface entre “policy transfer” e CSS.

Abordagens metodológicas

Em nossa análise, constatamos que os estudos sobre a CSS brasileira são predominantemente realizados por métodos de pesquisa qualitativos, fortemente amparados em revisão bibliográfica e análise documental. O resultado desse perfil teórico e metodológico explica a relevância das fontes primárias para as pesquisas: documentos e discursos oficiais, análise de relatórios técnicos (alguns acessados apenas após demanda garantida pela Lei de Acesso à Informação), reportagens jornalísticas e entrevistas junto a autoridades e lideranças da sociedade civil são as fontes mais comuns.

Os estudos aqui analisados fizeram amplamente uso de documentação diplomática, como seria de se esperar de estudos sobre a política externa brasileira. Mais especificamente, esse conjunto pode incluir comunicações, despachos telegráficos, ofícios, memorandos e outros. Na pesquisa de dissertação de Nepomuceno (2019), dedicada à atuação brasileira pelo direito ao acesso a medicamentos antirretrovirais, por exemplo, o acesso a comunicações diplomáticas do Itamaraty garantiu dados relevantes:

Uma das principais fontes documentais utilizadas em minha pesquisa foram os telegramas enviados e recebidos pela Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e Demais Organismos Internacionais em Genebra (DELBRASGEN) relacionados à Organização Mundial da Saúde (OMS) e a temas de saúde. O acesso a esses documentos permitiu não só o acompanhamento do posicionamento do governo brasileiro em relação à temática do acesso a medicamentos, mas também de sua perspectiva, assim como da dos líderes de organizações internacionais, em relação ao campo da saúde, de forma mais ampla (NEPOMUCENO, 2019, p. 9).

O acesso limitado a dados cria problemas que precisam ser considerados pelo pesquisador. Em sua dissertação, Fernanda Nanci (2013) aponta as limitações de utilizar documentos oficiais e entrevistas de autoridades para uma pesquisa acadêmica:

[...] [tais usos] implicam a reprodução dos dados disponibilizados pelas instituições – pois a carência de informações sobre os projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito da CSS não permite checar tais dados – e a repetição de fontes – uma vez que diversos dados necessários à realização da pesquisa só estão presentes em entrevistas e materiais disponibilizados pelas instituições pesquisadas (NANCI, 2013, p. 20).

Como resultado do predomínio de um olhar *político* diante da temática, a CSS é predominantemente abordada por meio de estudos de caso, geralmente acerca da prática de cooperação com países específicos, de áreas temáticas ou de projetos específicos. Em nosso banco de 34 pesquisas, apenas 7 não optaram expressamente por um foco de análise mais restrito. A metodologia comparativa é frequentemente utilizada nesse campo de estudos, mas no geral apenas para comparar agendas distintas dentro de um mesmo governo (saúde e agricultura no governo Lula, por exemplo) ou para comparar a atuação de diferentes atores em uma mesma política (como a participação de atores não estatais na cooperação em agricultura). Em nossa lista, foram poucos os trabalhos que comparam o Brasil com outros países promotores de cooperação para o desenvolvimento.

O uso de entrevistas semiestruturadas é bem disseminado e uma das principais estratégias metodológicas nos estudos da CSS brasileira. Das 34 pesquisas analisadas, 16 fizeram uso de entrevistas semiestruturadas, em especial, junto à *policy-makers*, mas também com líderes de entidades da sociedade civil. Em um campo de estudo atento às transferências de políticas públicas, têm crescido o número de entrevistas com indivíduos de fora do Brasil e o uso de pesquisa de campo feita nos

países parceiros da cooperação brasileira, como na dissertação de Guilherme de Oliveira Schmitz (2013) que fez coleta de dados *in loco* para sua pesquisa sobre a CSS brasileira para o Haiti. Outros trabalhos que realizaram pesquisa em campo foram Francisco (2015), Timóteo (2015, 2020), Ribeiro (2018), Luiz (2018) e Bueno (2018).

Nossa análise também indicou um uso bem limitado de metodologias quantitativas da agenda da CSS brasileira: apenas três pesquisas indicaram expressamente o uso de metodologias quantitativas. O trabalho de Laerte Apolinário Júnior (2019) é um exemplo. Sua tese busca fazer uso de metodologias já comuns nos estudos da Cooperação Norte-Sul para entender melhor as práticas brasileiras e tentar responder se a escolha por parte do Brasil de com quais países fazer cooperação seguiria critérios para além do discurso da solidariedade. Por meio de pesquisa quantitativa, o autor conseguiu identificar empiricamente que interesses econômicos e políticos afetam a alocação da CSS brasileira. A dissertação de João Antônio Lima (2014), por sua vez, também fez uso de métodos quantitativos para responder à pergunta sobre quais fatores influenciam a demanda por projetos de cooperação brasileira. Sua pesquisa conseguiu identificar que são fatores relevantes: (1) o compartilhamento da língua portuguesa, (2) a proximidade geográfica, (3) os índices de governança e (4) a renda nacional *per capita*.

O uso limitado de metodologias quantitativas pode ser devido à menor tradição brasileira em estudos quantitativos em Relações Internacionais, mas também por causa da limitação de acesso a bancos de dados públicos por parte do governo brasileiro. Como comenta Lima (2014, p. 116), “há um *déficit* relevante na existência e na disponibilidade de bancos de dados para a realização de estudos quantitativos [no campo da CSS]”. As pesquisas aqui analisadas frequentemente produziram seus próprios bancos de dados a partir das informações disponíveis na página da ABC na internet, em que se detalham número de ações, projetos, duração, países parceiros, gastos e instituições participantes, mas com grandes limitações nos dados. Até recentemente, o governo federal não dispunha de registros sistematizados acerca de seus gastos realizados na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. A criação de padronização na apresentação dos dados proposta na parceria entre ABC e Ipea por meio dos relatórios Cobradi (2010, 2013) foi um avanço, mas que indica ainda um longo caminho em direção à transparência e ao acesso de informações sobre a CSS brasileira.

Estratégias geopolíticas brasileiras

A agenda da CSS brasileira se expandiu fortemente no início do século XXI sob a gestão dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Houve mudanças internacionais que impulsionaram essa postura, com a expansão chinesa estimulando o crescimento econômico de outras partes do Sul global, com a nova onda de potências emergentes interessadas em alterar as hierarquias de poder do sistema internacional e com a reconfiguração de várias agendas após o fim da Guerra Fria, livres do predomínio do tema da segurança.

Domesticamente, o governo FHC esboçou uma tentativa de maior engajamento do país em fóruns multilaterais, mas ainda limitado por uma forte identificação com os países centrais e os valores do Ocidente. Foi durante os governos petistas, porém, no início dos anos 2000, que se desenvolveu uma visão de mundo reformista das relações internacionais, permitindo maior engajamento do país nas agendas de CSS, na construção do grupo dos Brics e na parceria com Índia e África do Sul no Fórum Ibas. Estimuladas pelas novas frentes de atuação governamental, os estudos acadêmicos em CSS ainda são majoritariamente voltados para a reflexão das dinâmicas da inserção internacional

durante o governo Lula. Comparações com o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso ou o subsequente governo Dilma Rousseff tendem a ser feitas apenas tangencialmente. Comparações com outros países do Sul são ainda muito raras.

Os trabalhos aqui analisados reforçam a importância de entender a dimensão geopolítica da reemergência das relações Sul-Sul no século XXI, dessa vez, fortemente influenciadas pela ascensão política e econômica da China e de suas diversas estratégias de concertação junto a outros países do Sul (Fórum dos Brics, Estratégia da Nova Rota e Cinturão da Seda, o Fórum de Cooperação China-África etc.). As pesquisas vêm reforçando que as práticas da CSS não apenas permitem a troca de conhecimentos, tecnologias e políticas, mas também estão envolvidas em transformações mais profundas da ordem global (GU *et al.*, 2016; SCOONES *et al.*, 2016; MASON, 2017). Os resultados empíricos dessas pesquisas têm colocado em questão a capacidade dos países do Sul, como o Brasil, de construir, reformar ou se contrapor às normas internacionais em vigor, assumindo posturas de construtores normativos e superando posições passivas de aceitação do ordenamento internacional (ACHARYA, 2004; SIX, 2009; SIDIROPOULOS, 2010; TERHALLE, 2011).

Em especial, as pesquisas que abordam a CSS em seu aspecto amplo (algumas delas associadas à subdisciplina de estudos do desenvolvimento) tratam esse conceito conectado com a emergência de normas e instituições estabelecidas a partir de novos papéis (*role model*), status e poder galgados por potências emergentes do Sul (ACHARYA, 2004; SIX, 2009; SIDIROPOULOS, 2010; JINNAH, 2017). Tais pesquisas tendem a comparar as práticas tradicionais na Cooperação do Norte e a possibilidade de que atores emergentes possam assumir ações qualitativamente diferentes por possuírem história e princípios próprios, como a experiência compartilhada de sujeição colonial e por prometerem compromisso com a horizontalidade, o compartilhamento de realidades comuns e a solidariedade.

As pesquisas por nós analisadas completam o quadro de entendimento de como o governo brasileiro, em especial, durante a gestão Lula, investiu no *soft power* para a construção de uma imagem internacional de um país do Sul com liderança global, capaz de produzir políticas sociais eficientes para enfrentar a fome e a pobreza, associada com medidas de crescimento econômico. Durante os governos petistas, o país buscou aprofundar relações com outras nações em desenvolvimento e potências emergentes, com o apoio de organismos multilaterais como a FAO e o Pnud. Tais discursos e práticas de transferência também teriam servido para legitimar as políticas públicas brasileiras domesticamente. O uso da CSS como estratégia de inserção internacional foi identificado nas teses de Francisco Carlos da Conceição (2015) e de Timóteo Saba M'bumbe (2020).

Os estudos sobre a cooperação realizada pelos doadores tradicionais indicam que os interesses de tais atores variam de acordo com a motivação e a região do globo a que se destina a assistência (ALESINA; DOLLAR, 2000; VAN DER VEEN, 2011). Os recentes estudos sobre a CSS brasileira têm indicado que também existem motivações e interesses estratégicos associados ao discurso da solidariedade brasileira. Tais pesquisas, como já vimos, são majoritariamente feitas a partir de estudos focados em descrever a distribuição dos projetos por país e por área, ainda carecendo de pesquisas quantitativas capazes de uma visão mais ampla sobre essa agenda (LIMA, 2014).

Considerar a CSS como ferramenta de política externa tem significado pensar suas idiossincrasias e quais formas de dominação e dependência ela pode engendrar, para além do discurso da solidariedade. As teses e dissertações defendidas no Brasil sobre a CSS indicam que o nível do discurso — que enfatiza a solidariedade — não deve ser visto isoladamente de outros interesses materiais da inserção internacional brasileira. A dissertação de Fabíola Dunda (2012), por exemplo, defendeu a

hipótese de que a CSS brasileira em saúde foi um instrumento de *soft power* durante a gestão Lula, em especial, nos projetos sobre HIV/Aids e nos Bancos de Leite Humano. Isso não quer dizer que o argumento solidarista é hipócrita ou enganador. Os estudos têm demonstrado que a agenda brasileira da cooperação mobiliza múltiplos interesses, o que muitas das vezes gera tensões:

Com uma estratégia de cooperação Sul-Sul que enfatiza a solidariedade aos países do Sul, os ganhos brasileiros extrapolaram a arena humanitária, o que de nenhuma forma deve ser entendido como algo negativo, pelo contrário trata-se de uma habilidade de conduzir a política externa de modo a atender os interesses internos, contudo dentro de um quadro maior de solidariedade internacional que foi representado pela cooperação (GONÇALVES, 2019, p. 73).

O estudo da CSS mostra a complexidade das diferenciações entre as visões de mundo dos últimos governos brasileiros. As pesquisas sobre a CSS brasileira consensualmente apontam diferenças entre os governos de FHC e Lula, apesar de não deixarem nítido se o que ocorreu foi uma mudança de escala ou uma nova visão de mundo por parte do governo petista. Os estudos de casos específicos mostram nuances importantes entre os dois governos que não podem ser ignoradas. Isso foi perceptível na pesquisa feita por Clarice Nepomuceno (2019) sobre a posição do Brasil nas negociações internacionais sobre o acesso a medicamentos antirretrovirais:

Essa atuação conjunta, entre sanitaristas e diplomatas brasileiros, esteve presente em mais de um governo, o que viabilizou conquistas progressivas na redução de preços de medicamentos e na produção de genéricos. Se, por um lado, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Saúde José Serra defendeu a produção de genéricos, a redução dos preços dos medicamentos antirretrovirais pelas indústrias farmacêuticas transnacionais e apoiou o posicionamento da diplomacia brasileira em relação ao contencioso das patentes; por outro, ao longo do governo Luiz Inácio Lula da Silva, mantiveram-se essas políticas e promoveu-se a defesa da saúde pública, com especial atenção para a cooperação com os países da América Latina, com os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), além de outros países em desenvolvimento. Além disso, durante o governo Lula, houve uma ruptura no processo de negociação de preços de antirretrovirais iniciado com Serra e a procura de uma maior aproximação com ativistas de saúde (NEPOMUCENO, 2019, p. 89).

A pesquisa ressalta como parte das diferenças entre os dois governos pode ser explicada não só por distintas estratégias de inserção internacional, mas também como evolução dos debates domésticos e da participação social nas políticas públicas: “Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva não só houve o aprofundamento dessa atuação mais dinâmica da diplomacia em saúde, mas também a alteração do padrão de inserção internacional” (NEPOMUCENO, 2019, p. 90). A dissertação de Rafael Araújo (2013) vê diferenças reforçadas pelo contexto internacional:

[...] vale destacar que esse movimento [de expansão da agenda Sul-Sul] não coube exclusivamente à uma decisão do governo Lula da Silva. Como evidenciado anteriormente, já havia uma tendência de expansão do mercado com os países emergentes ainda no fim do século passado e que foi levada adiante por Cardoso por meio de visitas e de iniciativas de cooperação técnica [...] não havia a ênfase política com os países em desenvolvimento, embora houvesse uma aproximação econômica. O mérito de Lula da Silva está na capitalização desses ganhos, que auxiliaram a formação da base de expansão das coalizões ao Sul verificadas ao longo desses últimos anos. Cardoso, em meio aos problemas internos no fim de seu mandato, não pôde aproveitar a oportunidade para lançar mão de uma política externa dotada de uma postura mais ativa (ARAÚJO, 2013, p. 133).

Rafaela Andrade (2019) dedicou justamente sua dissertação às descontinuidades da CSS em saúde entre 2003 e 2016. Sobre o governo Lula, a autora comenta:

Pode-se dizer que uma das principais diferenças do governo Lula para os anos anteriores em cooperação Sul-Sul foi o quanto esta prática guiou a atuação do Brasil também em outros espaços internacionais de poder, como os grandes fóruns internacionais e as negociações bilaterais com os Estados Unidos, por exemplo. Esta última, sem enfrentamentos, porém sem nenhum alinhamento ou atuação articulada [...] Ainda que consideradas as facilidades advindas da conjuntura econômica e política favoráveis, a atuação brasileira na área da CSSD entre 2003 e 2010 revela mais do que o aumento quantitativo dos projetos e orçamentos, mas, em especial, a interferência direta dos decisores¹⁶ – chefes de Estado ou altos representantes das instituições burocráticas – na política externa brasileira do período (ANDRADE, 2019, p. 67).

As pesquisas também tendem a ser pouco conclusivas nas diferenças entre os governos Lula e Dilma, ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores, apesar de no geral apontarem a perda de prioridade da agenda internacional logo após 2010. As gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro não foram abordadas nas obras, provavelmente devido à perda ainda maior da importância da agenda da cooperação para a política externa nesse período e ao menor distanciamento temporal, que interfere na análise de resultados e no acesso a dados.

Considerações finais

A partir da análise de 34 dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil a respeito da Cooperação Sul-Sul, apontamos neste capítulo quatro âmbitos que consideramos definidores daquilo que tem sido o foco acadêmico brasileiro nessa agenda. O estudo da Cooperação Sul-Sul tem tido evolução irregular, em boa parte acompanhando os avanços e descaminhos da política externa brasileira. O crescimento no número de teses e dissertações no tema pode ser explicado pelo maior engajamento do país na agenda, mas também é fruto da expansão dos programas de pós-graduação justamente nesse período, o que diversificou as temáticas abordadas e o número de pesquisadores em Relações Internacionais (JULIÃO, 2012; MIYAMOTO, 2003).

As pesquisas analisadas alcançaram importantes conclusões, contribuindo efetivamente para conhecer melhor questões muito importantes para a academia de Relações Internacionais, como as estratégias brasileiras de inserção internacional; as evoluções por que passa o processo decisório em política externa no Brasil; as dinâmicas de poder na política mundial e alguns dos canais, por meio dos quais tal poder opera, em especial, no tange ao *soft power*.

Com a forte presença entre as pesquisas analisadas de um olhar *político* sobre o processo decisório em torno das práticas de cooperação, percebemos certo consenso ao redor das indicações de quais problemas limitam a eficácia da Cooperação Sul-Sul brasileira. As pesquisas apontam no geral que a falta de recursos financeiros adequados, a baixa institucionalização dos canais de participação de atores não estatais, a ausência de marco regulatório próprio, a ausência de uma carreira de estado voltada à CSS, à dispersão institucional de responsabilidades e à excessiva variação com a mudança de governo são fatores que limitam a eficácia da CSS brasileira (MILANI, 2014; LEITE *et al.*, 2013). Com essas questões em atenção, o tema da continuidade ao longo do tempo das práticas de CSS permeia todas as pesquisas, seja questionando o grau de legitimidade doméstica das ações entre a elite e a sociedade em geral, seja pensando o arcabouço jurídico, financeiro e institucional para viabilizar a continuidade das iniciativas.

Após essa revisão de literatura, vale ressaltar a importância da continuação dos estudos na área tanto para responder novas perguntas de pesquisa, quanto para refinar interpretações hegemônicas. A partir das ênfases indicadas nas seções anteriores, podemos apontar alguns desafios e lacunas que ainda restam para os pesquisadores e quais temáticas poderiam ser priorizadas no futuro. Para isso, sugerimos quatro possíveis frentes futuras de pesquisa:

(1) é preciso entender melhor a recepção das práticas brasileiras por parte dos demais atores, incluindo aí a maneira como os agentes de outros países percebem as intenções e interesses brasileiros. Salvo algumas teses aqui analisadas (CONCEIÇÃO, 2015; M'BUNDE, 2020), escritas por estudantes africanos cursando pós-graduação no Brasil, os estudos tendem a centrar-se nos atores brasileiros e mesmo nesses casos ainda é preciso entender melhor como os atores estatais e não estatais são capazes de influenciar nas diferentes etapas do processo decisório, na definição de prioridades, na implementação das práticas e na avaliação das políticas;

(2) as estratégias brasileiras se inserem numa dinâmica de poder complexa, na qual também operam outros países emergentes e desenvolvidos, atores privados e organismos multilaterais. Sendo o Brasil um ator secundário — ainda que emergente — no campo da CID, faltam pesquisas que sejam capazes de definir suas especificidades diante dos demais atores. Ainda são poucas as análises com um olhar comparativo de como os demais atores se comportam na agenda da cooperação *vis a vis* ao discurso e à prática brasileiras.

(3) a academia de Relações Internacionais tem conhecimento limitado a respeito do estado da CSS brasileira após o controverso *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Fatores como inércia burocrática, atores públicos engajados e pressão de atores da sociedade civil podem explicar por que muitas das iniciativas estudadas seguem em curso. Porém a redução dos recursos financeiros para a CSS e a perda da prioridade das relações Sul-Sul para a diplomacia brasileira, em um contexto internacional complexo de crise financeira e impactos da epidemia da Covid-19, colocam em questão o espaço da agenda da cooperação técnica nos governos brasileiros pós-Era PT.⁸⁵

(4) as pesquisas têm demonstrado a relação entre as agendas da CSS e as motivações econômicas relacionados à internacionalização de empresas brasileiras (ALBUQUERQUE, 2018). Esse é um âmbito evitado pelo discurso oficial e cujos dados ainda são de difícil acesso.

Referências

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral, Ministério das Relações Exteriores**. 2. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2005.

ACHARYA, A. How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism. **International Organization**, [S.l.], v. 58, n. 2, p. 239-275, 2004

ALESINA, A.; DOLLAR, D. Who gives foreign aid to whom and why? **Journal of Economic Growth**, Boston, v. 5, n. 1, p. 3363, mar. 2000.

ANUNCIATO, R. O. **Política Externa Brasileira e a atuação da Embrapa no caso do Cotton-4**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

⁸⁵ A Articulação Sul, como expressão singular da sociedade civil brasileira no campo da CSS, tem feito esforços no sentido de avaliar e monitorar esses processos desde 2016. Cf. <https://articulacaosul.org/home/>

APOLINÁRIO JÚNIOR, L. **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional como Instrumento de Política Externa**: a Economia Política da Cooperação Técnica Brasileira. 2019. 300f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ARAÚJO, J. M. F. J. **Os Novos Atores da Política Externa Brasileira**: A Cooperação Técnica da Embrapa na África. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2014.

ARAÚJO, R. R. **O Sul como norte**: a inflexão da política externa brasileira no início do século XXI. 2013. 181f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

AVELHAN, L. L. **A Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira em Saúde**: a Participação dos Atores Domésticos. 2017. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

AYLLON P., B. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). *In*: SOUZA, A. (ed.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 57-88.

BAMBO, T. F. **Cooperação Sul-Sul**: o acordo Brasil-Moçambique na área de biocombustíveis. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARROS, D. N. **A cooperação Sul-Sul Índia/Brasil/África do Sul (Ibas) durante os governos Lula (2003-2010)**: potencialidades e limites. 2013. 341f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BUENO, A. M. C. **A intersecção das agendas de política externa comercial e de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento**: a (não) estratégia brasileira para o setor algodoeiro dos países do C4 e do Togo. 2018. 253f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO, T. C.O. **A Coerência de Políticas na Cooperação para o Desenvolvimento**: olhares cruzados Brasil-França no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. 2021. 336f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CASON, J. W.; POWER, T. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. **International Political Science Review**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 117-140, 2009.

CONCEIÇÃO, F. C. **Implicações Políticas Da Cooperação Internacional Para O Desenvolvimento em Moçambique**: Da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013). 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONCEIÇÃO, F. C. **Implicações políticas da cooperação internacional para o desenvolvimento em Moçambique**: da solidariedade socialista à trajetória tradicional do norte e à experiência emergente do sul

(1975-2013). 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONDE, L. C. D. **A Cooperação para o Desenvolvimento como Agenda de Política Externa: Assimetria, Humilhação e Condicionalidade.** 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, J. J. **As relações Sul-Sul na política multilateral brasileira (1961-2002).** 2009. 230f. Dissertação (Mestrado Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Unesp/Unicamp/PUC-SP, 2009.

CUNHA, L. F. **Em busca de um modelo de cooperação Sul-Sul: o caso da área espacial entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003).** 2004. 118f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

D'ANDREA, L. R. **Cooperação Sul-Sul: análise dos acordos de preferência comercial do Brasil no Ibas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DUNDA, F. F. E. **Brasil, doador ou parceiro de cooperação? Análise da Cooperação Sul-Sul de combate ao HIV/AIDS (2002-2016).** 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

DUNDA, F. F. E. **Cooperação Sul-Sul em Saúde como Soft Power no governo Lula (2003-2010).** 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GONÇALVES, F. C. N. I. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: um estudo sobre a participação de atores sociais.** 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GONÇALVES, J. R. **O Brasil na agenda internacional para segurança alimentar: a cooperação Sul-Sul brasileira em segurança alimentar e nutricional.** 2019. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GU, J.; SHANKLAND, A.; CHENOY, A. (ed.). **The Brics in International Development.** Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

HERZ, M. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.** Brasília: Ipea: ABC, 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010.** Brasília: IPEA: ABC, 2013.

JINNAH, S. Makers, takers, shakers, shapers: Emerging economies and normative engagement in climate governance. **Global Governance**, [S.l.], v. 23, p. 285-306, 2017

JULIÃO, T. S. A graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 1, n. 1, p. 13-48, nov. 2012.

KLEMIG, M. C. G. **Ausência de Condicionalidades e outros Princípios em Cooperação Sul-Sul Brasileira para o Desenvolvimento Econômico**: Motivações, Interesses e Perspectivas. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LEITE, C. K. S.; PERES, U. D. Origem e disseminação do Programa Bolsa Família: aproximações analíticas com o caso mexicano. **Revista do Serviço Público**, [S.l.], v. 64, p. 351-376, 2013

LEITE, I. C. **O envolvimento da Embrapa e do SENAI na Cooperação Sul-Sul**: da indução à busca pela retroalimentação. 2013. 381f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, J. A. S. **A cooperação internacional Sul-Sul e a difusão de políticas**: uma análise exploratória das políticas coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LIMA, J. A. S. Cooperação Sul-Sul Através de Números: Regiões, Setores e Governança. *In*: KRAYHCHETE, E.; MILANI, C. R. S. (org.). **Desenvolvimento e Cooperação Internacional**: Relações de Poder e Política dos Estados. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 359-380.

LOPES, L. L. A. L. **A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE)**: o Brasil como doador. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2008

LUIZ, J. R. **As “linhas vermelhas” para o desenvolvimento rural**: a internacionalização da agenda da agricultura familiar brasileira e seus impactos na governança global. 2018. 412f. Tese (Doutorado em Ciência Política,) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

M'BUNDE, T. S. **As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau**: uma análise em perspectiva comparada. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

M'BUNDE, T. S. **Efeitos políticos e institucionais da cooperação de Brasil, China e Portugal em Cabo Verde e Guiné-Bissau**. 2020. 349f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MAGALHÃES, R. N. **Os Determinantes da Ajuda Externa Brasileira**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2013.

MASON, R. China's impact on the landscape of the African Relations: Implications for dependency theory. **Third World Quarterly**, [S.l.], v. 38, n. 1, p. 84-96, 2017

MAWDSLEY, E. **From recipients to donors**: Emerging powers and the changing development landscape. London: Zed Books, 2012.

MEDEIROS, K. **A dimensão social na inserção externa do Governo Lula**: desenvolvimento, diplomacia e Cooperação Sul-Sul. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

- MILANI, C. R. S. **ABC 30 anos, História e Desafios Futuros**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.
- MILANI, C. R. S. **Solidariedade e Interesse: Motivações e Estratégias na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.
- MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 103-114, jun. 2003.
- NEPOMUCENO, C. O. **O Brasil E A Saúde Global: Uma Análise da Atuação Diplomática Brasileira Em Defesa Do Acesso A Medicamentos Antirretrovirais Entre 1980 e 2007**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.
- PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (org.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- RIBEIRO, R. A. **Cooperação Sul-Sul em biocombustíveis: interesses e contradições da Política Externa Brasileira em Moçambique (2003-2015)**. 2018. 275f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- RIBEIRO, R. A. **Inserção internacional e energia: a política externa de Lula para biocombustíveis**. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- RIZZO, A. D. G. **Entre o Desenvolvimento e a Segurança: Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Líbia nos governos Lula e Dilma**. 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- RODRIGUES, R. A. **Política Externa Brasileira na Cooperação Sul-Sul em Saúde: a rationale da descontinuidade entre 2003 e 2016**. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.
- SCHMITZ, G. O. **Sociedade civil brasileira e cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: estudo de caso da presença da Viva Rio no Haiti**. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SCOONES, I. *et al.* A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture. **World Development**, [S.l.] v. 81, p. 1-12, 2016
- SIDIROPOULOS, E. Rising Powers, South-South Cooperation and Africa. South African Institute for International Affairs (SAIIA). **Global Powers and Africa Programme**, [S.l.], Policy Briefing, v. 47, 2012.
- SILVA, A. L. R. A produção sobre política externa brasileira em programas de pós-graduação no Brasil (2000-2019). *In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI*, 8, 2021 Belo Horizonte. Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2021.

SIX, C. The Rise of Postcolonial States as Donors: a challenge to the development paradigm. **Third World Quarterly**, [S.L.], v. 30, n. 6, p. 1103-1121, 2009

TERHALLE, M. Reciprocal Socialization: Rising Powers and the West. **International Studies Perspectives**, [S.L.], v. 12, p. 341-361, 2011

VAN DER VEEN, M. **Ideas, Interests and Foreign Aid**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

VIANA, S. M. K. **Cooperação internacional para o desenvolvimento e interesses organizados: os atores privados na cooperação técnica entre países em desenvolvimento brasileira**. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.